



Gestão de resíduos na CVP

Doc. I

**Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente
(SILiAmb)**

Enquadramento e procedimentos

**(Documento produzido com base nos critérios definidos pela Agência
Portuguesa do Ambiente)**

Índice

1. Enquadramento	3
2. Conceitos associados ao SILiAmb	4
3. Como se acede?	5

1. Enquadramento

Os resíduos são quaisquer substâncias ou objetos de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação de se desfazer, sendo um **produtor de resíduos** qualquer pessoa, singular ou coletiva, cuja atividade produza resíduos (produtor inicial de resíduos)¹, ou seja, todos os cidadãos e todas as entidades são consideradas produtores de resíduos.

O Decreto-Lei n.º 73-2011, de 17 de Junho, altera o regime geral da gestão de resíduos criando um sistema integrado de registo electrónico de resíduos. Através deste sistema é comunicada a produção de resíduos pelo preenchimento do Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) bem a emissão, validação e autorização das guias eletrónicas de acompanhamento de resíduos.

De acordo com o artigo 48º do referido diploma legal é **obrigatória a inscrição neste sistema** para:

- a) As pessoas singulares ou colectivas responsáveis por estabelecimentos que empreguem mais de 10 trabalhadores e que produzam resíduos não urbanos;
- b) As pessoas singulares ou colectivas responsáveis por estabelecimentos que produzam resíduos perigosos;
- c) As pessoas singulares ou colectivas que procedam ao tratamento de resíduos a título profissional;
- d) As pessoas singulares ou colectivas que procedam à recolha ou ao transporte de resíduos a título profissional;
- e) As entidades responsáveis pelos sistemas de gestão de resíduos urbanos;
- f) As entidades responsáveis pela gestão de sistemas individuais ou integrados de fluxos específicos de resíduos;
- g) Os operadores que actuam no mercado de resíduos, designadamente, como corretores ou comerciantes;

¹ Alíneas z) e ee) do Artigo 3.º o Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de Junho.

h) Os produtores de produtos sujeitos à obrigação de registo nos termos da legislação relativa a fluxos específicos.

2 — Estão ainda sujeitos a inscrição produtores de resíduos que não se enquadrem no número anterior mas que se encontrem obrigados ao registo electrónico das guias de acompanhamento do transporte rodoviário de resíduos.

Para melhor definir se a sua estrutura local se enquadra no definido no artigo 48º por favor consulte os Documentos “Árvore de Decisão” e “Egar”. Caso tenha alguma dúvida, por favor, contacte a Área de Delegações e Membros da Sede Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa.

As estruturas locais que produzam resíduos que são transportados por operadores licenciados (por exemplo, papel recolhido em campanhas) devem-se registar nesta [plataforma](#), pois a partir de 1 de Janeiro de 2018 não será possível transportar resíduos sem este registo.

O registo nesta plataforma está sujeito a uma taxa anual. Em 2016 teve um valor de 28,14€. O incumprimento da obrigação de inscrição e registo é considerado uma contraordenação ambiental grave e sujeita a coima. A omissão de dados ou a sua correcção são consideradas uma contraordenação ambiental leve e sujeita a coima.

2. Conceitos associados ao SILiAmb

- **Requerente** : Novo utilizador que se regista no SILiAmb.
- **Responsável**: Utilizador nomeado com acesso a determinada finalidade.
- **Nomeação**: A nomeação consiste em atribuir a um outro utilizador já registado no SILiAmb o acesso a determinada finalidade. Com a nomeação o utilizador passa a ter a possibilidade de interagir com o SILiAmb, nas finalidades que lhe foram atribuídas, em nome da entidade ou utilizador que o nomeou.

- **Finalidade:** A finalidade é um módulo ou operação do SILiAmb o responsável tem acesso. Estas podem ser separadas em dois grupos:
 - **Não associadas a estabelecimentos:** São finalidades gerais da plataforma do SILiAmb.
 - **Associadas a estabelecimentos:** São finalidades que apenas fazem sentido no caso de existência e relativo a um estabelecimento.

3. Como se acede?

A plataforma SILiAmb acede-se em <https://SILiAmb.apambiente.pt/login.jsp>.

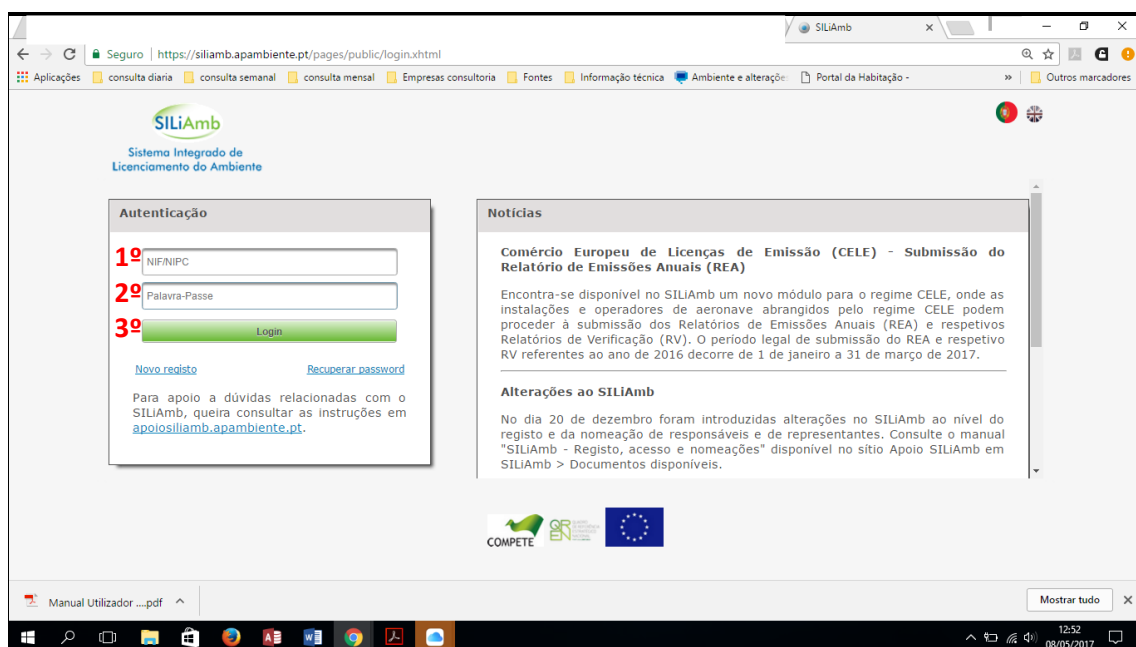


Figura 1 - Página inicial da plataforma SILIAMB.

- 1º. Efectue o login no SILiAmb com os dados de registo (o Número de Identificação Fiscal (NIF) do responsável do estabelecimento e a palavra-passe)

Nota: Os dados de registos com o NIF da Cruz Vermelha Portuguesa é utilizado, somente, a nível central.

Caso não tenha ainda feito o registo nesta plataforma, por favor, contacte a Área de Delegações e Membros da Sede Nacional da Cruz

Vermelha Portuguesa. Pode, ainda, consultar o seguinte documento de apoio em <https://apoioSILiAmb.apambiente.pt/node/8>.

- 2º. Caso seja o responsável pelo estabelecimento (ou seja, tenha acedido à plataforma com o seu Número de Identificação Fiscal pessoal ou de algum elemento da estrutura local) deverá, após entrar na sua área, clicar em **“alterar utilizador”**.

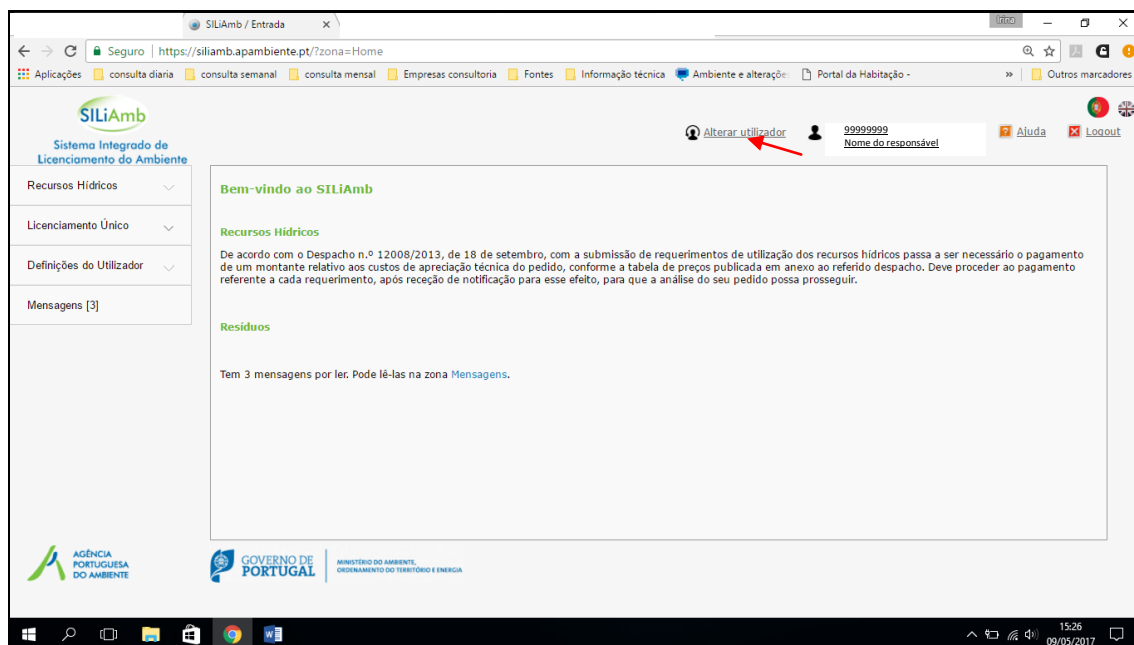


Figura 2 - Página de boas-vindas do SILiAmb.

Caso não lhe seja permitido alterar o utilizador, por favor, contacte a Área de Delegações e Membros da Sede Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa.

- 3º. Confirme a alteração para o utilizador “Nome da estrutura local da Cruz Vermelha Portuguesa”.

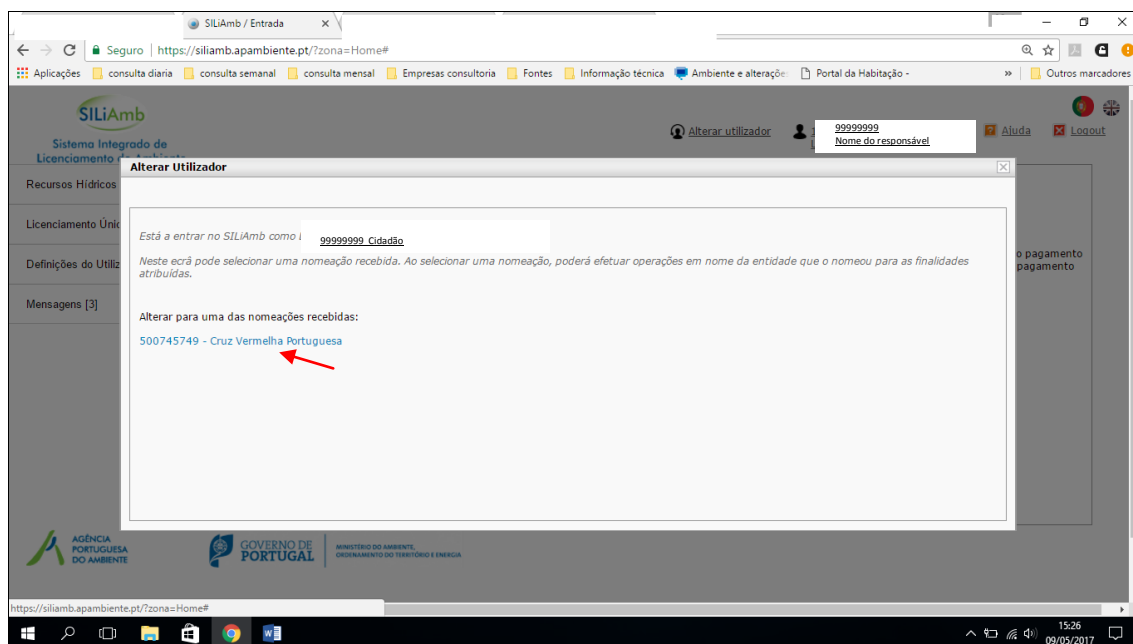


Figura 3 - Caixa de diálogo para confirmação da alteração de utilizador.

A partir deste ponto pode efectuar, em nome, da sua estrutura local as operações de gestão de resíduos ou outras para as quais tem autorização.

Caso tenha alguma dificuldade no acesso à plataforma, por favor, contacte a Área de Delegações e Membros da Sede Nacional da Cruz Vermelha Portuguesa.